



RESOLUÇÃO Nº 101/CONSUP/IFAM, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023.

Aprova, o Regimento Interno do Programa de Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional – PROFQUI, referente ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e a Sociedade Brasileira de Química – SBQ.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere o Decreto Presidencial de 21/06/2023, publicado no Diário Oficial da União – DOU Nº 116-A, de 21/06/2023, Seção 2 – Extra A, pág. 1, e, conforme o disposto no § 1º do art. 10 da Lei nº 11.892, de 29/12/2008 e no inciso XI do art. 42 da Resolução nº 2-CONSUP/IFAM/2011, e;

CONSIDERANDO o Despacho nº 66478/2023 – CONSEPE, de 10/11/2023, que encaminhou o Processo nº 23443.013558/2023-46, ao Conselho Superior, que trata da Minuta do Regimento Interno do Programa de Mestrado Profissional em Química em Rede – PROFQUI, para a capacitação de professores que atuem no Ensino de Química na Educação Básica, na forma da legislação vigente e de acordo com o Plano de Trabalho que integra o instrumento do PROFQUI, referente ao acordo celebrado entre as partes envolvidas a ser oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas no *Campus* Manaus Centro – IFAM/CMC;

CONSIDERANDO a submissão do processo ao Conselho Superior para apreciação da matéria que constou na pauta da 61ª Reunião Ordinária realizada de forma remota em 20/12/2023, com a relatoria do conselheiro José Pinheiro de Queiroz Neto;

CONSIDERANDO o Parecer e Voto do conselheiro relator, pela aprovação da matéria, sem ressalvas;

CONSIDERANDO a decisão tomada pelos conselheiros, pela aprovação da matéria por unanimidade, de acordo com o Parecer e Voto do conselheiro relator;

CONSIDERANDO o inciso V do art. 17 da Resolução nº 20-CONSUP/IFAM/2013 e o art. 12, combinado com o inciso X do art. 42, do Regimento Geral IFAM, aprovado pela Resolução nº 2, de 28/03/2011;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 488/2023-DIPESP/CMC na ordem 23, datado de 09/11/2023 e a Recomendação nº 112/CONSEPE/IFAM, de 10/11/2023,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar, o Regimento Interno do Programa de Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional – PROFQUI, referente ao acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e a Sociedade Brasileira de Química – SBQ, para a capacitação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

de professores que atuem no Ensino de Química da Educação Básica, na forma da legislação vigente e de acordo com o Plano de Trabalho do Programa, a ser oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas no *Campus* Manaus Centro – IFAM/CMC, conforme consta nos autos do Processo nº 23443.013558/2023-46.

Art. 2º Referendar os efeitos da Resolução nº 072/CONSUP/IFAM, de 10/10/2023.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, observado o Parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 10.139, de 28/11/2019.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

Reitor do IFAM



Regimento Interno do Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional – PROFQUI, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas no Campus Manaus Centro – IFAM/CMC, aprovado pela Resolução nº 101/CONSUP/IFAM, de 29/12/2023, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do referido Mestrado.

TÍTULO I

DA FINALIDADE, OBJETIVOS E LINHA DE PESQUISA

Art. 1º Este Regimento disciplina a organização e funcionamento do Mestrado Profissional em Química, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Instituição Associada ao Programa de Mestrado Profissional em Química – ProfQui.

Parágrafo único. O ProfQui é constituído por uma Rede Nacional de Instituições de Ensino Superior, aqui denominadas Instituições Associadas, tem sede na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e conta com a participação da Sociedade Brasileira de Química (SBQ).

Art. 2º O ProfQui tem como objetivo proporcionar ao professor de Química do Ensino Básico formação Química aprofundada, atualizada e relevante ao exercício da docência.

Art. 3º O ProQui está situado na área de Química, modalidade Profissional, semipresencial, organizado em torno das seguintes linhas de pesquisa:

I- Novas tecnologias e comunicação: investiga de modo crítico e reflexivo, a produção e utilização das tecnologias da informação e comunicação e da evolução tecnológica nos processos de formação, ensino e aprendizagem. Explora ainda a divulgação científica como um dos aspectos centrais da produção dos saberes científicos sob o ponto de vista histórico-sócio cultural e teórico-metodológico. Busca, por outro lado, produzir materiais multimídias de natureza didático-pedagógica que contribuam para melhor desempenho das atividades de divulgação e de ensino de química, focalizando inclusive as plataformas móveis como veículos para a apropriada cultura química escolar.

II- Química ambiental e energia: investiga as dimensões históricas, culturais e novas abordagens de cunho científico, teórico e experimental, dos processos ambientais e energéticos em geral. Estuda as formas de relação da química como com o ambiente, tendo em vista ser uma modalidade da ciência que se manifesta na sociedade em ampla confluência com a tecnologia. Procura desenvolver projetos de produtos e processos voltados para o uso em sala de aula, laboratório e espaços não formais, além de avaliar materiais didáticos e estudar as ferramentas teórico/metodológicas, bem como os fundamentos científicos que os justifiquem.

III- Química da vida: investiga as dimensões históricas, culturais e novas abordagens de cunho científico, teórico e experimental, da química dos produtos naturais, fármacos e processos biológicos. Estuda as formas de relação da química com outras disciplinas, tais como a Biologia e a Ciência de Alimentos, na dimensão do Ensino Básico. Procura desenvolver projetos e dinâmicas multidisciplinares voltadas para o uso em sala de aula, laboratório e espaços não formais, além de avaliar e propor materiais didáticos, com foco no tema da Vida, além de estudar as ferramentas teórico/metodológicas, bem como os fundamentos científicos necessários para seu desenvolvimento.



IV- Novos materiais: investiga as dimensões históricas, culturais e novas abordagens de cunho científico, teórico e experimental, da Química dos novos materiais e dos processos de inovação, seus impactos sociais, riscos e limitações em suas diferentes dimensões na contemporaneidade. Estuda as formas de relação da química com outras disciplinas, tais como a Física e a Matemática, na dimensão do Ensino Básico. Procura desenvolver projetos e dinâmicas multidisciplinares voltadas para o uso em sala de aula, laboratório e espaços não formais, além de avaliar e propor materiais didáticos, com foco no tema da Vida, além de estudar as ferramentas teórico/metodológicas, bem como os fundamentos científicos necessários para seu desenvolvimento.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA BÁSICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM QUÍMICA

Art. 4º A Administração do curso se efetivará por meio da Coordenação Acadêmica Nacional e da Coordenação Acadêmica Local.

Art. 5º A Coordenação Acadêmica Nacional é de responsabilidade do Comitê Gestor Nacional que é composto pelos seguintes membros:

I- Coordenador da Instituição sede, doravante denominado Coordenador Nacional, na função de Presidente do comitê, e seu substituto eventual (vice coordenador);

II- 02 (dois) membros docentes eleitos por seus pares da instituição sede;

III- 03 (três) representantes indicados pela Diretoria e Conselho Consultivo da SBQ;

IV- 02 (dois) coordenadores das Instituições Associadas, escolhidos pelos próprios coordenadores locais, por meio de votação;

V- 01 (um) representante discente, eleito por seus pares, permanecendo nesta função por, no máximo, dois anos; e

Art. 6º São atribuições do Comitê Gestor Nacional:

I- supervisionar, em nível nacional, a execução e a organização de todas as ações e atividades do ProfQui, visando sua excelência acadêmica e administrativa;

II- aprovar o credenciamento e o descredenciamento de Instituições Associadas;

III- proceder, a cada quatro anos, a avaliação das Instituições Associadas, com base em relatório de desempenho, para fins de renovação de seu credenciamento;

IV- aprovar editais relacionados ao ProfQui; e

V- deliberar sobre disciplinas obrigatórias e ementas, calendários e programação acadêmica nacional; requisitos para conclusão do curso, demandas formais dos participantes do ProfQui e quaisquer situações não previstas neste Regimento Interno.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

Parágrafo único. Os representantes indicados pela SBQ não poderão pertencer ao corpo docente das Instituições Associadas já representadas no Comitê Gestor.

Art. 7º O mandato dos membros do Comitê Gestor Nacional será de 2 (dois) anos, permitindo-se até duas reconduções.

§1º A composição do Comitê Gestor Nacional só poderá ser modificada com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros desse comitê.

§2º As reuniões do Comitê Gestor Nacional de caráter deliberativo deverão contar com a presença mínima de 50% dos membros.

Art. 8º O Coordenador Nacional e o Vice Coordenador Nacional são eleitos pelo corpo docente da instituição sede.

Parágrafo único. O Coordenador Nacional e o Vice Coordenador Nacional não poderão ocupar cargo na SBQ durante o período que estiverem nessa função.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA BÁSICA LOCAL
Seção I
DA COORDENAÇÃO

Art. 9º A Coordenação Acadêmica Local é de responsabilidade do Comitê Gestor Local que tem caráter executivo e deliberativo, é presidida pelo Coordenador Acadêmico Local.

§ 1º Comitê Gestor Local será composto pelo Coordenador Acadêmico Local, por 02 (dois) docentes permanentes do PROFQUI no âmbito do IFAM por um representante discente eleito por seus pares.

§ 2º Cada representante discente deverá ter um suplente escolhido da mesma forma que o titular, cabendo-lhe substituir o titular em impedimentos e ausências eventuais, sucedendo-o no caso de desistência da representação.

§ 3º O mandato do membro no Comitê Gestor Local será de 02 (dois) anos, permitindo-se até duas reconduções.

Art. 10. São atribuições da Comitê Gestor Local:

I- coordenar a aplicação local do Exame Nacional de Acesso e do Exame Nacional de Qualificação;

II- propor, a cada período, o calendário e a programação acadêmica local e a distribuição de carga didática entre os membros do corpo docente do IFAM/CMC;

III- credenciar e descredenciar os membros do corpo docente do IFAM/CMC, em consonância com suas regras institucionais e as Normas de Credenciamento e Recredenciamento do ProfQui;

IV- organizar atividades complementares, como palestras e oficinas de trabalho no âmbito do IFAM/CMC;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

V- definir a forma e os critérios de avaliação das disciplinas, respeitando as normas de pós-graduação do IFAM;

VI- definir a forma e os critérios da obrigatoriedade da frequência dos discentes em cada atividade, respeitando as normas de pós-graduação do IFAM;

VII- definir os critérios de desligamento do discente no ProfQui, respeitando o regimento e/ou estatuto do IFAM; e

VIII- definir as sanções cabíveis às infrações disciplinares dos discentes e docentes, respeitando o regimento e/ou estatuto do IFAM.

Art. 11. A Coordenação Acadêmica Local será exercida por:

I- um Coordenador, com título de doutor e formação em Química ou área afim, docente do quadro permanente do ProfQui no âmbito do IFAM, na ativa, eleito pelos docentes permanentes do ProfQui no âmbito do IFAM; e

II- um Vice Coordenador, com título de doutor e formação em Química ou área afim, indicado pelo Coordenador, dentre os docentes do quadro permanente do ProfQui no âmbito do IFAM e que tem como função colaborar com o Coordenador na gestão de assuntos acadêmicos e administrativos.

§ 1º O mandato do Coordenador será de dois (02) anos, podendo ser renovado uma vez, consecutivamente, por igual período. O mesmo ocorrendo para o Vice Coordenador.

§ 2º Na ausência e/ou impedimento do Coordenador, suas funções serão exercidas pelo Vice Coordenador.

§ 3º Quando o impedimento do Coordenador for de caráter definitivo, o Vice Coordenador assumirá a Coordenação até a conclusão do mandato, devendo o mesmo, indicar um outro Vice Coordenador.

Art. 12. São atribuições do Coordenador Acadêmico Local:

I- presidir as reuniões do Comitê Gestor Local;

II- organizar, coordenar e executar as atividades do ProfQui, visando sua excelência acadêmica e administrativa;

III- planejar as questões acadêmicas e pedagógicas do ProfQui no âmbito do IFAM, submetendo-as à apreciação do Comitê Gestor Local, quando necessário;

IV- representar o ProfQui junto aos órgãos do IFAM e fora dele;

V- organizar e inserir na Plataforma Sucupira da CAPES as informações relativas à execução do ProfQui no IFAM, com vista à avaliação periódica do desempenho do Programa;

VI- cadastrar as dissertações e produtos educacionais na Plataforma Sucupira da CAPES em um prazo máximo de 90 dias após a defesa do discente, associando-os aos projetos de pesquisa e às linhas de pesquisa do Programa;

VII- organizar, inserir e manter atualizado o sistema de gestão de bolsas da CAPES;

VIII- participar das reuniões de coordenadores do ProfQui, convocadas pela



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

Coordenação Acadêmica Nacional;

IX- zelar pelo cumprimento do Regimento Interno e demais normas acadêmicas do ProfQui;

X- orientar o trabalho da Secretaria Acadêmica e acompanhar as atividades desenvolvidas;

XI- dar encaminhamento às demandas dos gestores do IFAM, assim como das agências de fomento e da CAPES, submetendo suas decisões e encaminhamentos à apreciação do Comitê Gestor Local, quando necessário;

XII- promover a supervisão didática do ProfQui no âmbito do IFAM, exercendo as atribuições daí decorrentes;

XIII- propor aos órgãos competentes providências para melhoria do ensino ministrado no ProfQui no âmbito do IFAM;

XIV- propor, em conjunto com o Comitê Gestor Local, a formação de comissão para credenciamento de docentes, dentro das necessidades do ProfQui e avaliação de desempenho de docentes para fins de credenciamento e descredenciamento;

XV- propor, em conjunto com o Comitê Gestor Local, a formação de comissão para realização de autoavaliação do ProfQui no âmbito do IFAM e gestão de seus resultados;

XVI- encaminhar, para apreciação do Comitê Gestor Local, os nomes dos membros da banca de defesa de dissertação e produto educacional;

XVII- encaminhar, para apreciação do Comitê Gestor Local, os casos de desligamento e abandono de discentes, de acordo com o que preceitua o presente Regimento;

XVIII- encaminhar, para apreciação do Comitê Gestor Local, planos de aplicação de recursos destinados ao ProfQui no âmbito do IFAM;

XIX- encaminhar, para apreciação do Comitê Gestor Local, as solicitações de descredenciamento de docentes do Programa;

XX- adotar, em casos de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência da Coordenação Acadêmica Local, submetendo seu ato à ratificação na primeira reunião subsequente;

XXI- orientar e supervisionar o trabalho exercido pela Secretaria Acadêmica do ProfQui no âmbito do IFAM;

XXII- supervisionar a gestão de informações para garantir a atualização da página *web* do ProfQui no *site* do IFAM, demais meios de comunicação, sistema acadêmico e plataforma de interação com outros órgãos, tais como CAPES e agências de fomentos; e

XXIII- exercer as demais atribuições que se incluam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de sua competência.

Art. 13. Cabe ao Vice Coordenador:

I- auxiliar o Coordenador no planejamento das questões acadêmicas, pedagógicas e administrativas do ProfQui no âmbito do IFAM/CMC;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

II- auxiliar o coordenador na execução e acompanhamento dos assuntos acadêmicos, pedagógicos e administrativos;

III- representar o ProfQui na ausência do Coordenador Acadêmico Local;

IV- desempenhar todas as competências do Coordenador quando de sua ausência ou impedimento;

V- colaborar com o coordenador nas atividades referentes à gestão de informações relevantes para garantir a atualização da página *web* do ProfQui no âmbito do IFAM, demais meios de comunicação, sistema acadêmico e plataforma de interação com outros órgãos, tais como CAPES e agências de fomentos;

VI- auxiliar o coordenador no acompanhamento e atendimento de professores e discentes do Programa; e

VII- auxiliar o coordenador na orientação e supervisão do trabalho da Secretaria Acadêmica do Programa.

Parágrafo único. Para cada turma, as disciplinas do PROFQUI são oferecidas regularmente em quatro períodos letivos, podendo ser incluído ainda um período letivo especial, segundo a programação estabelecida pela Coordenação Local.

Seção II

DA SECRETARIA ACADÊMICA DO PROGRAMA

Art. 14. Secretaria Acadêmica é responsável pelo atendimento das demandas acadêmicas e administrativas do Programa, tendo por incumbências:

I- assistir e apoiar administrativamente à Coordenação do Programa;

II- superintender os serviços rotineiros do Programa que lhes sejam atribuídos pela Coordenação;

III- manter em dia a documentação e registro acadêmico dos docentes, discentes e técnicos-administrativos;

IV- preparar, assinando com a Coordenação do Programa, documentos relativos ao Histórico Escolar dos discentes;

V- atender ao público externo e interno ao Programa;

VI- desenvolver atividades administrativas atinentes aos processos seletivos de docentes e discentes do Programa e de bolsas de estudo;

VII- receber e processar os pedidos de matrícula dos discentes, reportando à Coordenação qualquer descumprimento do Regimento Interno quanto a esta questão;

VIII- secretariar as reuniões do Comitê Gestor Local;

IX- organizar e preparar a ata e documentação associada para as reuniões dos Professores e do Comitê Gestor Local do Programa;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

- X- comunicar aos interessados as deliberações do Comitê Gestor Local do Programa;
- XI- processar todos os requerimentos de docentes e discentes do Programa e informar a Coordenação sobre os mesmos;
- XII- efetivar os cadastros no sistema acadêmico (matrículas de discentes, cadastro de professores, turma, disciplinas, etc.);
- XIII- acompanhar o lançamento de notas e frequências pelos professores, organizar o histórico escolar e administrar o dossiê dos discentes;
- XIV- manter atualizada a página web do Programa;
- XV- colaborar com a Coordenação nas atividades referentes à inserção e gestão de informações referentes ao preenchimento do Coleta CAPES na Plataforma Sucupirae demais plataformas de interação com outros órgãos, tais como agências de fomento;
- XVI- colaborar na elaboração do calendário anual do Programa;
- XVII- zelar pelo cumprimento do calendário e do Regimento Interno do Programa;
- XVIII- distribuir e arquivar documentos relativos às atividades acadêmicas e administrativas de professores e discentes;
- XIX- manter atualizado o arquivo de dispositivos legais e demais documentos (memorandos, ofícios, portarias, etc.) referentes ao Programa;
- XX- manter atualizado o arquivo de documentação de inventário de equipamentos e materiais do Programa;
- XXI- preparar, com antecedência, a documentação requerida para a realização das sessões de defesa de dissertação e produto educacional;
- XXII- secretariar as sessões destinadas às defesas de dissertação e de produto educacional, assim como as demais atividades acadêmicas que forem demandadas pela Coordenação do Programa;
- XXIII- auxiliar a Coordenação e a Comissão de Bolsas do Programa no controle e acompanhamento dos bolsistas, assim como nos relatórios de prestação de contas requeridos pelas agências de fomento;
- XXIV- expedir aos (as) professores (as) e discentes, em tempo hábil, as convocações para reuniões e os avisos de rotina;
- XXV- dar encaminhamento administrativo em solicitação de passagens e diárias, quando couber;
- XXVI- proceder com a conferência de documentação de discentes para a integralização de créditos;
- XXVII- protocolar e dar o devido encaminhamento aos processos acadêmicos relativos a aproveitamento de créditos, revisão de notas, trancamento de matrícula, pedidos de prorrogação, entre outros;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

XXVIII- protocolar e dar o devido encaminhamento aos pedidos de diploma dos discentes do Programa;

XXIX- encaminhar para a Biblioteca uma versão final da dissertação e produto (s) educacional, com o documento de autorização para publicação devidamente assinado pelo discente e pelo docente orientador, conforme Regimento Interno do Programa; e

XXX- auxiliar a Coordenação na elaboração e atualização de formulários, manuais e outros instrumentos para orientação de professores e discentes e adequada manutenção do Programa.

Seção III

DA COMISSÃO DE BOLSAS DO PROGRAMA

Art. 15. A seleção dos discentes aprovados e a distribuição de bolsas de estudos, em consonância com os requisitos determinados pelas agências de fomento, dar-se-ão pela classificação dos candidatos no Exame Nacional de Acesso.

Art. 16. A Comissão de Bolsas do Programa será constituída por, no mínimo, três (03) membros, e deverá ser composta por:

I- Coordenador ou Vice-Coordenador, presidente da comissão;

II- no mínimo, um representante do corpo docente e, no mínimo, um representante do corpo discente, sendo estes escolhidos por seus pares, respeitando os seguintes requisitos:

a- o(s) representante(s) docente(s) deverá(ão) fazer parte do quadro de docentes permanentes do Programa; e

b- o(s) representante (s) discente (s) deverá (ao) ser discente (s) regular(ES), matriculado (s) no programa (mestrado ou doutorado) há, pelos menos, um (01) ano, não sendo candidato à bolsa.

Art. 17. São atribuições da comissão de bolsas:

I- estabelecer os critérios para concessão e manutenção de bolsas que priorizem o mérito e desenvolvimento acadêmico, respeitando as regras das agências de fomento, o Regimento Interno do Programa e demais normatizações sobre o tema;

II- divulgar com antecedência, junto ao corpo docente e discente, os critérios vigentes para concessão e manutenção de bolsas;

III- realizar a seleção dos candidatos à bolsa e divulgar o resultado da seleção;

IV- acompanhar e avaliar o desempenho acadêmico dos bolsistas e propor a concessão ou manutenção da bolsa, baseado nos critérios estabelecidos no inciso I; e

V- encaminhar, para avaliação do Comitê Gestor Local, a concessão, manutenção, remanejamento ou cancelamento de bolsas; e

VI- auxiliar a Coordenação na elaboração dos relatórios de prestação de contas requeridos pelas agências de fomento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

Art. 18. A Comissão de Bolsas fará a seleção dos candidatos e avaliação do desempenho acadêmico dos bolsistas com base nas informações prestadas pelos candidatos e bolsistas.

Parágrafo único. O candidato à bolsa ou bolsista responderá civil e criminalmente por qualquer informação inverídica prestada ou pela omissão de informações que induzam a Comissão de Bolsas a erro de julgamento.

Art. 19. A Comissão de Bolsas se reunirá, sempre que necessário, sendo obrigatória a convocação de, no mínimo, duas (02) reuniões anuais, sendo que ao final de cada semestre letivo a comissão de bolsas encaminhará relatório de suas decisões para apreciação pelo Comitê Gestor Local do Programa.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão de Bolsas, cabem recursos dirigidos à Coordenação do Programa.

Art. 20. A Comissão de Bolsas terá um mandato de dois (02) anos, podendo ser renovado uma vez consecutivamente por igual período.

Art. 21. As atividades de apoio à Comissão de Bolsas serão executadas pela Secretaria Acadêmica do Programa.

Seção IV

DOS DOCENTES

Art. 22. O corpo docente atuante no PROFQUI IFAM/CMC será constituído de professores permanentes e colaboradores.

§ 1º O corpo docente permanente compõe 80% (no mínimo) do quadro de docentes do programa.

§ 2º O corpo de docentes colaboradores é limitado a 20% do corpo docente do programa.

§ 3º O docente colaborador poderá orientar um mestrando do PROFQUI, com ou sem bolsa de estudos.

Art. 23. Integram a categoria de docentes permanentes, os docentes que atendam aos seguintes requisitos:

I- possuam formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado) em Química ou áreas afins;

II- desenvolvam atividades de ensino na Pós-Graduação e/ou Graduação e/ou Educação Básica do IFAM;

III- participem de projeto de pesquisa vinculado a uma das linhas de pesquisa do Programa;

IV- demonstrem experiência de orientação conforme definido no Art. 44º e deste Regimento;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

V- o docente permanente que integra o corpo docente de outros Programas de Pós- Graduação poderá participar de, no máximo, três (03) Programas e ou Cursos, respeitando-se a legislação vigente; e

VI- o docente permanente não poderá exceder 04 (quatro) orientações de mestrados simultaneamente.

Art. 24. Integram a categoria de docentes colaboradores os demais membros do corpo docente do Programa que

I- possuam formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado) em Química ou áreas afins;

II- participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de discentes;

III- o desempenho de atividades esporádicas, como conferencista, membros de banca de exame ou coautor de trabalhos, não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do Programa, não podendo, pois, o mesmo ser enquadrado como docente colaborador;

IV- poderá haver credenciamento temporário dos professores colaboradores, seja para ministrar disciplinas, seja para atividades de orientação, segundo deliberação do Comitê Gestor local, respeitando o limite recomendado de 20%.

Art. 25. São atribuições do corpo docente do programa da categoria de docente permanente:

I- ministrar aulas e/ou outras atividades de ensino no Programa;

II- exercer atividades de orientação;

III- ter no mínimo seis (06) meses de atuação no cargo de professor do quadro permanente do IFAM;

IV- ter anualmente, no mínimo, 01 (um) orientando e, no máximo, 04 (quatro) orientandos, devendo-se manter a qualidade da orientação e da produção intelectual associada;

V- ter regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais ou dedicação exclusiva;

VI- dedicar-se ao Programa por tempo igual ou superior a vinte (20) horas semanais;

VII- ter participação efetiva e regular no ensino, pesquisa e orientação;

VIII- publicar, anualmente, trabalhos em função do número de orientações defendidas em coautoria com o discente do Programa dos seguintes tipos:

a- tipo A: artigo em revista indexada com corpo editorial, livro com registro ISBN em editora com corpo editorial, capítulo de livro com registro ISBN em editora com corpo editorial; e

b- tipo B: resumo em congresso ou reunião científica qualificada da área Química e/ou Ensino de Química, trabalho completo em congresso ou reunião científica qualificada da área Química e/ou Ensino de Química, participação em projeto de extensão aprovado na IES ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

pela direção de escola pública, Patente aberta. [Os tipos supracitados na forma de código alfabético A e B, não são os mesmos utilizados pelo Qualis Capes (A1 e B1, por exemplo).]

IX- estar inserido em um grupo de pesquisa vinculado ao Programa;

X- ter projeto de pesquisa vinculado e compatível com uma das linhas de pesquisado Programa;

XI- integrar bancas avaliadoras de exame de qualificação ou dissertação e do produto educacional desenvolvido no Programa;

XII- participar das atividades acadêmicas que integram a estrutura curricular do Programa;

XIII- colaborar ativamente e em tempo hábil no fornecimento e revisão de dados para o preenchimento do Coleta CAPES;

XIV- manter atualizado o Currículo Lattes e a página do ORCID;

XV- manter produção intelectual regular na área de conhecimento do Programa, compatível com a linha de pesquisa na qual está inserido;

XVI- compor comissões que auxiliem a Coordenação na gestão administrativa do Programa; e

XVII- desempenhar as demais atividades acadêmicas e de gestão pertinentes ao Programa.

Art. 26. São atribuições do corpo docente do programa da categoria de professor colaborador:

I- ter no mínimo seis (06) meses de atuação no cargo de professor do quadro permanente do IFAM;

II- ter disponibilidade para dedicar-se a alguma atividade de ensino, pesquisa e/ou orientação no Programa;

III- ter produção intelectual compatível com a área de concentração em uma das linhas de pesquisa do Programa;

IV- manter atualizado o Currículo Lattes e a página do ORCID;

V- estar inserido em um dos grupos de pesquisa do Programa;

VI- ter projeto de pesquisa nas áreas de pesquisa do Programa; e

VII- colaborar ativamente e em tempo hábil no fornecimento e revisão de dados para o preenchimento do Coleta CAPES.

VIII- O docente colaborador poderá orientar um mestrando do PROFQUI, com ou sem bolsa de estudos.

Subseção I

Das atribuições dos orientadores

Art. 27. Denomina-se orientador o professor do PROFQUI que tem sob sua responsabilidade, no mínimo, 01 (um) orientando e, no máximo 04 (quatro) orientandos para orientar na condução da pesquisa que resultará na dissertação e no produto educacional



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

dentro do PROFQUI.

Art. 28. A definição do orientador será realizada pela comissão do processo seletivo.

Parágrafo único. A concordância com a orientação ficará condicionada à abertura de vagas no processo seletivo para a linha de pesquisa na qual atua o docente.

Art. 29. São atribuições dos orientadores:

I- orientar o discente na elaboração do plano de atividades a ser desenvolvida cada semestre;

II- orientar a pesquisa e a elaboração da dissertação e do produto educacional em todas as fases;

III- indicar nomes de membros para compor a banca de dissertação ou tese e do produto educacional;

IV- dar anuência à solicitação de exame de defesa da dissertação e do produto educacional a ser encaminhado à Coordenação Local do PROFQUI;

V- presidir a Banca do exame de defesa de dissertação e do produto educacional;

VI- comunicar formalmente à Coordenação Local do PROFQUI, com a ciência do discente, o não cumprimento de prazos por parte do orientando quanto à entrega de atividades acadêmicas ou outro comportamento que comprometa o desenvolvimento acadêmico e da pesquisa;

VII- acompanhar e supervisionar o orientando quanto ao cumprimento das atividades previstas no Programa;

VIII- solicitar junto à Coordenação Local do PROFQUI, mediante justificativa, o adiamento da defesa de dissertação e do produto educacional;

IX- comprometer-se com o preenchimento dos relatórios e demais documentos de acompanhamento de bolsista, quando houver orientando nesta condição;

X- revisar o exemplar da dissertação e do produto educacional que será encaminhado à Biblioteca, de acordo com os procedimentos definidos neste Regimento e demais procedimentos internos estabelecidos pelo Programa; e

XI- zelar pelo cumprimento das normas e dos prazos fixados neste Regimento.

Art. 30. O orientador poderá solicitar junto à Coordenação do Programa, mediante justificativa, a dispensa da orientação de seu(s) orientando(s) por insuficiência de desempenho acadêmico, científico ou por problemas de ordem ética.

Art. 31. O orientador poderá solicitar junto à Coordenação Local do PROFQUI a participação de um coorientador, apresentando as devidas justificativas.

Art. 32. Em caso de impedimento temporário ou permanente do orientador, o Colegiado Local do PROFQUI indicará seu substituto.

§ 1º O disposto no caput ocorrerá por afastamento superior a três (03) meses.



§ 2º O novo orientador ficará responsável pelo discente até o retorno do afastamento ou até a defesa de dissertação ou tese e do produto educacional do discente, no caso de a defesa ocorrer antes de o orientador retornar do afastamento.

Subseção II

Das atribuições dos Coorientadores

Art. 33. Considera-se como coorientador um professor, com título de doutor, pertencente ou não ao PROFQUI, possuindo formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado) em Química ou áreas afins, que desenvolva atividades na Pós- Graduação e/ou Graduação e/ou Educação Básica no IFAM atendendo aos seguintes critérios:

I- O Coorientador será solicitado pelo Orientador com justificativa da contribuição e necessidade do Coorientador no trabalho de dissertação e do produto educacional; e

II- O docente indicado para Coorientador deverá demonstrar no seu Currículo Lattes, se brasileiro, produção acadêmica compatível e afinidade com a temática investigada no trabalho de dissertação para o qual foi convidado a colaborar.

Parágrafo único. Caberá ao Comitê Gestor Local do PROQUI deliberar a aprovação ou a recusa da solicitação de coorientação, considerando os requisitos anteriormente definidos.

Art. 34. Quando aprovado pelo Comitê Gestor Local do PROQUI, o coorientador deverá ser informado de que as suas orientações têm caráter de colaboração, competindo-lhe:

I - auxiliar nas diferentes etapas do desenvolvimento do trabalho da dissertação ou tese e do produto educacional;

II- colaborar com o projeto de pesquisa do discente;

III- colaborar na revisão da produção escrita do discente; e

IV - colaborar com o discente na indicação de leitura e trabalhos relacionados, assim como nos procedimentos metodológicos.

TÍTULO III

DO CORPO DISCENTE

CAPÍTULO I

ATRIBUIÇÕES

Art. 35. O corpo discente do PROFQUI no âmbito do IFAM será constituído por todos os discentes matriculados.

Parágrafo único. São discentes os pós-graduandos aprovados no Exame Nacional de Acesso e matriculados no Programa com vistas à obtenção do título de Mestre em Química.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

Art. 36. O corpo discente terá representação garantida no Colegiado do Programa com direito à voz e a voto, conforme estabelecido no art. 5º deste Regimento.

Art. 37. O representante do corpo discente junto ao Comitê Gestor Nacional será escolhido por seus pares.

§ 1º. Cada Instituição Associada a Rede PROFQUI é responsável pela eleição de um representante discente, sendo o grupo de discentes eleitos, por sua vez, responsável pela escolha daquele que os representará no Comitê Gestor Nacional.

§ 2º. O mandato do membro discente no Comitê Gestor Nacional será de 02 (dois) anos, permitindo-se até duas reconduções.

§ 3º. O representante discente perderá o mandato quando deixar de ser discente do Programa.

Art. 38. São atribuições do corpo discente do curso:

I- zelar e comprometer-se com o cumprimento do Regimento Interno do Programa, do Regulamento Geral dos Programas e Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu do IFAM e demais Regulamentos da Instituição;

II- disponibilizar de tempo para atender as atividades constantes no currículo do curso;

III- comprometer-se com as atividades acadêmicas e de pesquisa do Programa;

IV- cumprir o calendário estabelecido pelo Programa;

V- observar e responsabilizar-se pelos preceitos éticos referentes à pesquisa no Brasil e àqueles relativos aos direitos autorais;

VI- agir com conduta ética no desempenho das suas atividades como discente;

VII- não apresentar comportamento agressivo, calunioso e difamatório para com os professores, técnico-administrativos e demais discentes do Programa sob pena de receber advertência a cada ação realizada que ocasionará o seu desligamento do Programa, na terceira ocorrência registrada;

VIII- não cometer plágio sob pena do seu desligamento do Programa;

IX- não prover informações inverídicas, documentação fraudulenta de qualquer natureza ou omitir informações relevantes para a Coordenação Acadêmica Local, Secretaria Acadêmica, Professores, Discentes ou agências de fomento, quando for o caso, sob pena de desligamento e ainda de responder civil e criminalmente;

X- comunicar a Secretaria e Coordenação Acadêmica Local quaisquer situações ou intercorrências que o impeçam e/ou estejam comprometendo o seu progresso acadêmico e no desenvolvimento da pesquisa;

XI- manter atualizados os seus dados pessoais e acadêmicos junto a Secretaria do Programa;

XII- manter atualizado o seu currículo Lattes e, na condição de bolsista, manter atualizado os dados pessoais e acadêmicos, assim como responder aos relatórios de prestação de contas exigidos pela agência de fomento a que estiver vinculado;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

XIII- proceder à matrícula junto à Secretaria Acadêmica do Programa a cada período letivo;

XIV- elaborar e entregar, no prazo pré-estabelecido, formulários, relatórios e/ou outros documentos exigidos para o cumprimento das atividades;

XV- desenvolver um plano pessoal de estudos e de gerência do tempo, assim como desenvolver estratégias de organização pessoal para cumprir com as demandas do programa;

XVI- zelar pelo cumprimento dos prazos fixados neste Regimento; e

XVII- encaminhar à Coordenação Acadêmica Local, após a defesa de dissertação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a versão final da dissertação do produto educacional e uma (01) mídia com o arquivo digital da dissertação e do produto educacional. A mídia precisa conter dois arquivos em PDF, um referente à dissertação e outro referente ao produto educacional;

Art. 39. Considera-se plágio a ação de copiar de forma integral, parcial ou conceitual obras (livros, capítulos, artigos, ou outras produções intelectuais) ou pensamentos de outros autores (que as formulou e as publicou), sem lhes dar o devido crédito, sem citá-los como fonte de pesquisa. Trata-se de uma violação dos direitos autorais de outrem, prevista na Lei de Direitos Autorais em vigor.

Art. 40. O discente terá o prazo de setenta e duas (72) horas para interposição de recurso sobre qualquer decisão que envolva suas atividades e permanência no PROFQUI, contados a partir da divulgação formal do resultado.

Parágrafo único. O recurso deverá ser entregue no protocolo geral do Campus Manaus Centro endereçado à Coordenação Acadêmica Local, na forma de processo, devidamente comprovado e assinado.

TÍTULO IV

DO INGRESSO E PERMANÊNCIA DO DOCENTE NO PROGRAMA

CAPÍTULO I

DO CREDENCIAMENTO, REcredENCIAMENTO E DEScredENCIAMENTO

Art. 41. Para fins deste Regimento, considera-se credenciamento como o processo de ingresso de um novo professor no corpo docente do Programa.

Art. 42. O credenciamento dos professores permanentes no programa no âmbito do IFAM será realizado por uma comissão constituída para este fim, a qual será responsável pela elaboração de edital próprio, a ser divulgado pelo Programa, considerando as demandas das linhas de pesquisa, as normas vigentes da Rede PROQUI e as normas vigentes da Capes.

Art. 43. O credenciamento de professores permanentes no Programa uma vez aprovado pela comissão constituída para este fim, deve ser encaminhado para conhecimento da Coordenação Acadêmica Local, que submeterá à Coordenação Acadêmica Nacional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

§ 1º A comissão deve obedecer aos critérios mínimos estabelecidos pela deliberação deste Regimento.

§ 2º Após anuência da Coordenação Acadêmica Nacional, a DIPESP (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação) do *Campus* Manaus Centro homologará o credenciamento.

§ 3º O número total de docentes credenciados no programa não deve ser superior a duas vezes o número de vagas oferecidas pela no edital PROFQUI.

§ 4º O docente colaborador pode migrar para a categoria de docente permanente quando obtiver os requisitos, a qualquer tempo.

§ 5º Docentes aposentados podem ser credenciados como docentes permanentes ou colaboradores do PROFQUI, desde que tenham seu vínculo regularizado com o IFAM.

§ 6º Docentes permanentes ou colaboradores poderão ser de outras instituições, desde que tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar como docentes do Programa.

Art. 44. Para o credenciamento dos professores permanentes no programa deverão ser apresentados os documentos exigidos em edital próprio, sendo, no mínimo, requeridos os seguintes documentos:

I- Carta de intenção encaminhada à Coordenação Acadêmica Local, solicitando credenciamento, descrevendo os interesses em ingressar no PROFQUI, indicando a categoria docente de credenciamento pretendida e as disciplinas nas quais pretende colaborar;

II- Projeto de pesquisa compatível com uma das linhas de pesquisa do Programa, que inclua um plano de trabalho a ser desenvolvido no quadriênio;

III- Cópia do Diploma de doutor (cópia); em caso de diploma estrangeiro, cópia do reconhecimento do título feito por instituição credenciada pelo MEC;

IV- Currículo Lattes e página do ORCID atualizados, permitindo-se observar a produção intelectual dos últimos quatro anos e a experiência do candidato em orientação (TCC/Monografia, Iniciação Científica, Iniciação à Docência, Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado);

V- Comprovante de orientação de, pelo menos, três (03) trabalhos de iniciação científica e/ou três (03) trabalhos de conclusão de curso na Graduação e/ou Pós-Graduação nos últimos cinco (05) anos;

VI- Apresentar pelo menos uma produção tipo A (§2º do Art. 46º ou Art. 47º), no período de 4 anos, mas sem obrigatoriedade de coautoria com discente do PROFQUI.

VII- Declaração de dedicação ao programa de pelo menos 10 (dez) horas semanais.

§1º O candidato não precisa ter orientação de mestrado concluída ou em andamento, de alunos do PROFQUI, no momento da solicitação de credenciamento.

§2º O candidato não precisa ter ministrado disciplina do Programa no momento da solicitação de credenciamento.

Art. 45. Para fins deste Regimento, considera-se credenciamento como o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

processo de avaliação periódica de professores que já atuam como docentes do Programa, podendo resultar em manutenção ou não do docente no Programa.

Art. 46. Para o credenciamento do docente permanente é requerido produção técnico-científica em função do número de orientações defendidas, publicada no período do último credenciamento, em coautoria com discente do PROFQUI.

§1º O número de produções seguirá a seguinte configuração mínima:

- a) 1 orientação defendida: 1 produção tipo A;
- b) 2 orientações defendidas: 1 produção tipo A + 1 produção tipo B ou 2 produções tipo A;
- c) 3 orientações defendidas: 1 produção tipo A + 2 produções tipo B ou 2 produções tipo A + 1 produção tipo B ou 3 produções tipo A; e
- d) 4 ou mais orientações defendidas: 2 produções tipo A + 2 produções tipo B ou 3 produções tipo A + 1 produção tipo B ou 4 produções tipo A.

§2º Será considerado como produção A:

- a) Publicação ou aceite de artigo (em revista indexada com corpo editorial);
- b) Publicação de livro (com registro ISBN, em editora com corpo editorial); e
- c) Publicação de capítulo de livro (com registro ISBN, em editora com corpo editorial).

§3º Será considerado como produção B:

- a) Resumo em congresso ou reunião científica qualificada da área (Química e/ou Ensino de Química);
- b) Trabalho completo em congresso ou reunião científica qualificada da área (Química e/ou Ensino de Química);
- c) Participação em projeto de extensão aprovado na IES ou pela direção de escola pública. O projeto deverá envolver alunos e/ou professores da educação básica; e
- d) Patente aberta.

§4º Ter ministrado pelo menos 15 horas em disciplina do Programa, no período do último credenciamento.

§5º Ter atualizado o Currículo Lattes e a página do ORCID até o mês da solicitação do credenciamento

§6º Indicar a(s) linha(s) de pesquisa em que atua no Programa, a saber;

§7º Apresentar, no momento do credenciamento, produção em função do número de orientações defendidas, publicada no período do último credenciamento, em coautoria com discente do PROFQUI.

§8º Serão considerados discentes os egressos de até 5 (cinco) anos da conclusão do mestrado, conforme sugestão da Capes.

Art. 47. Para o credenciamento do docente colaborador é requerido:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

I- Apresentar no mínimo uma orientação ou coorientação de mestrado concluída, de aluno do PROFQUI, no período do último credenciamento;

II- Ter atualizado o Currículo Lattes e a página do ORCID até o mês da solicitação do credenciamento;

III- Ter ministrado pelo menos 15 horas em disciplina do Programa, no período do último credenciamento;

IV- Indicar a(s) linha(s) de pesquisa em que atua no Programa, a saber; e

V- Apresentar, no momento do credenciamento, produção em função do número de orientações e/ou coorientações defendidas, publicada no período do último credenciamento, em coautoria com discente do PROFQUI.

§1º O número de produções seguirá a seguinte configuração mínima:

a) 1 orientação defendida: 1 produção tipo A;

b) 2 orientações defendidas: 1 produção tipo A + 1 produção tipo B ou 2 produções tipo A.

§2º Será considerado como produção A:

a) Publicação ou aceite de artigo (em revista indexada com corpo editorial).

b) Publicação de livro (com registro ISBN, em editora com corpo editorial).

c) Publicação de capítulo de livro (com registro ISBN, em editora com corpo editorial).

§3º Será considerado como produção B:

a) Resumo em congresso ou reunião científica qualificada da área (Química e/ou Ensino de Química).

b) Trabalho completo em congresso ou reunião científica qualificada da área (Química e/ou Ensino de Química).

c) Participação em projeto de extensão aprovado na IES ou pela direção de escola pública. O projeto deverá envolver alunos e/ou professores da educação básica.

d) Patente aberta.

§4º Serão considerados discentes os egressos de até 5 (cinco) anos da conclusão do mestrado, conforme sugestão da Capes.

Art. 48. Novos pedidos de credenciamento no PROFQUI podem ser apresentados a qualquer tempo, desde que solicitado pelo professor e observado o Art. 44º. A avaliação desses pedidos ocorrerá duas vezes ao ano:

I- Em junho, para as propostas apresentadas até o último dia útil de maio; e

II- Em novembro, para as propostas apresentadas até o último dia útil de outubro.

Art. 49. As proposições de credenciamento e credenciamento serão avaliadas pelo Comitê Gestor Local do PROFQUI, no sentido de cumprir os requisitos obrigatórios para



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

cada categoria docente. A decisão do comitê deverá ser oficialmente repassada à Coordenação Nacional antes do cadastro do docente na Plataforma Sucupira. Após a ciência e autorização da Coordenação Nacional, o docente poderá ser devidamente cadastrado.

Art. 50. O descredenciamento de docente poderá ocorrer:

I- Por solicitação do docente;

II- Quando, no processo de credenciamento, o docente não atingir os requisitos estabelecidos nestas normas.

§1º O docente interessado em se descredenciar do Programa poderá requerer ao Comitê Gestor Local do PROQUI seu desligamento, a qualquer momento, indicando a motivação.

§2º O docente desligado deverá seguir com as orientações em andamento.

§3º O docente desligado poderá requerer novo credenciamento no Programa após dois anos de seu desligamento.

CAPÍTULO V

DA ADMISSIBILIDADE DO DISCENTE REGULAR E MANUTENÇÃO NO CURSO

Seção I

Da admissão dos discentes

Art. 51. A admissão de discentes no PROFQUI dar-se-a por meio de um Exame Nacional de Acesso, versando sobre um programa de conteúdo químico previamente definido e divulgado por Edital pelo Comitê Gestor Nacional.

§1º O Exame Nacional de Acesso consiste em um único exame, realizado ao mesmo tempo, em todas as Instituições Associadas.

§2º As normas de realização do Exame Nacional de Acesso, incluindo os requisitos para inscrição, horários e locais de aplicação do exame, o número de vagas em cada Instituição Associada, e os critérios de correção e classificação são definidos por edital elaborado pela Coordenação Nacional em comum acordo com os Coordenadores Locais e aprovado pelo Comitê Gestor Nacional.

§3º Compete a uma comissão, composta por pelo menos 3 (três) coordenadores locais voluntários, a elaboração do caderno de questões do Exame Nacional de Acesso.

§4º A seleção dos discentes aprovados dar-se-a pela classificação dos candidatos no Exame Nacional de Acesso, consideradas separadamente as ofertas de vagas em cada Instituição Associada, até o limite do número de vagas oferecidas pelo polo ou pela instituição escolhida pelo candidato.

Seção II

Da matrícula e da renovação

Art. 52. Podem matricular-se no PROFQUI somente professores da Educação Básica, regentes da disciplina de Química, diplomados em cursos de graduação reconhecidos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

pelo Ministério da Educação em Química ou área afim, aprovados e classificados no Exame Nacional de Acesso.

Art. 53. Os discentes regularmente matriculados no PROFQUI em cada Instituição Associada farão parte do corpo discente da pós-graduação desta instituição, à qual cabe emitir o Diploma de Mestre em Química, uma vez cumpridos todos os requisitos para conclusão deste curso.

§1º É vedada a transferência de discentes entre as Instituições Associadas.

§2º É vedado o trancamento de matrícula ao discente durante todo o curso. Casos especiais serão deliberados pela Comissão Acadêmica Local, seguindo as normas de sua instituição.

Art. 54. No ato da matrícula, os candidatos aprovados e classificados deverão apresentar os seguintes documentos:

I. DOCUMENTOS PESSOAIS:

- a) Foto 3X4 colorida atualizada nos últimos dois meses;
- b) Certidão Civil (Nascimento ou Casamento);
- c) Documento de Identidade (RG);
- d) CPF;
- e) Título de Eleitor e do comprovante de votação na última eleição ou carta de quitação eleitoral;
- f) Passaporte, se estrangeiro;
- g) Certificado de quitação com o Serviço Militar, para candidatos do sexo masculino;
- h) Autodeclaração étnico-racial (vide Anexo VII).

II. DOCUMENTOS ACADÊMICOS:

- a) Diploma de graduação, emitido por Instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC ou convalidados no Brasil, no caso de cursos concluídos no exterior. O diploma deve ter sido revalidado e/ou reconhecido no Brasil, tendo o candidato que apresentar visto permanente e/ou vínculo empregatício no país, e termo de acordo ou tratado internacional; e
- b) Histórico escolar de curso superior de graduação.

Art. 55. Não será permitida a matrícula simultânea em mais de um Programa ou Curso IFAM, ao ser confirmada tal situação, uma delas será anulada.

Art. 56. A matrícula de discentes estrangeiros fica condicionada à apresentação de prova de proficiência na Língua Portuguesa.

Art. 57. O discente do Programa deverá efetuar a renovação da matrícula regularmente, em cada período letivo, nos prazos fixados pela Coordenação Local do Programa, até a defesa da dissertação.

§ 1º A matrícula de discentes estrangeiros fica condicionada à apresentação de documentos de identidade válido e de visto temporário ou permanente, atestando situação regular no país para tal fim.



§ 2º Aplicam-se as mesmas regras do *caput* deste artigo aos docentes estrangeiros.

§ 4º No ato da matrícula, o discente com deficiência ou com necessidade educacional específica, deverá solicitar formalmente os recursos humanos e/ou equipamentos necessários para acompanhamento das aulas e/ou avaliações.

Art. 58. No ato da matrícula, o discente com deficiência ou com necessidade educacional específica, deverá solicitar formalmente os recursos humanos e/ou equipamentos necessários para acompanhamento das aulas e/ou avaliações.

Seção III

Do rendimento escolar

Art. 59. O sistema de avaliação do discente abrange:

I- Avaliações relativas às disciplinas;

II- Avaliações relativas às demais atividades desenvolvidas, conforme definido na Estrutura Curricular; e

III- Avaliação do Exame Nacional de qualificação e defesa de dissertação e do produto educacional.

Parágrafo único: O Produto Educacional é um objeto de aprendizagem (por exemplo, um livro, manual de atividades, sequência didática, software, jogo educativo, protótipo para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamento, artigo científico, *kit* didático, etc.), elaborado pelo discente em acordo com o(a) docente orientador(a), como contribuição para a prática profissional de professores da Educação Básica.

Art. 60. O desempenho do discente em cada disciplina será avaliado por meio de diferentes instrumentos e critérios, expresso em notas de zero (0) a dez (10), sendo considerado aprovado o discente que obtiver nota mínima seis (6,0) e frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) em qualquer disciplina.

Art. 61. O discente que for reprovado em determinada disciplina poderá solicitar revisão de avaliação, no prazo de setenta e duas (72) horas, considerando os dias úteis, a contar da divulgação do resultado, que será submetida Comissão Acadêmica Local para as providências necessárias.

Art. 62. O discente que reprovar em qualquer disciplina poderá repeti-la uma única vez.

Art. 63. Para conclusão do PROFQUI, e obtenção do respectivo título de Mestre, o discente deverá:

I- obter créditos em, no mínimo, 360 horas em disciplinas, todas obrigatórias, a saber: Química 1, Química 2, Química 3, Abordagens Tecnológicas Atualizadas para o Ensino, Fundamentos Metodológicos para a Pesquisa em Ensino de Química, Seminários Web 1, 2, 3 e 4;

II- ter sido aprovado no Exame Nacional de Qualificação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

III- ter sido aprovado em Exame de Proficiência em Língua Estrangeira;

IV- ter sido aprovado no Exame de Qualificação da Instituição Associada, quando houver;

V- ter sido aprovado na defesa do trabalho de conclusão final (Dissertação e Produto Educacional) do PROFQUI;

VI- entregar a versão final da Dissertação e do Produto Educacional ao seu Coordenador Local no prazo definido pela Comissão Acadêmica Local, não podendo exceder 90 dias após a defesa; e

VII- satisfazer todos os requisitos legais exigido pelo IFAM.

Art. 64. O Exame Nacional de Qualificação (ENQ) consiste em uma única avaliação, versando sobre questões múltipla escolha envolvendo os conteúdos das disciplinas Química 1 e Química 2, elaborada por comissão composta por pelo menos 3 (três) docentes voluntários que ministram essas disciplinas.

§1º A correção do ENQ compete à Coordenação Local do Programa.

§2º O discente deve, obrigatoriamente, realizar o ENQ imediatamente após ter sido aprovado nas disciplinas Química 1 e Química 2 e dentro do período de integralização do curso.

§3º Ao ENQ de cada discente é atribuído o grau de Aprovado ou Reprovado: Aprovado quando o desempenho for igual ou superior a 60%.

§4º Cada discente dispõe de duas únicas oportunidades consecutivas para obter aprovação no Exame Nacional de Qualificação.

§5º O discente será desligado do PROFQUI após duas reprovações no ENQ.

Art. 65. É vedado o trancamento/cancelamento de matrícula ao discente durante todo o curso. Casos especiais serão deliberados pela Comissão Acadêmica Local, seguindo as normas do IFAM.

Art. 66. Os discentes poderão usufruir de licença maternidade ou paternidade e adoção, desde que solicitada, conforme legislação nacional e Resolução do IFAM em vigor.

Seção IV

Do desligamento e abandono

Art. 67. O discente será desligado do Programa, quando ocorrer pelo menos uma das seguintes situações:

I- por sua própria solicitação;

II- não se matricular regularmente, em cada período letivo, dentro do prazo fixado pelo calendário acadêmico;

III- obtiver reprovação em três disciplinas;

IV- for reprovado pela segunda vez na mesma disciplina;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

V- cometer plágio, devidamente comprovado, em qualquer trabalho apresentado no curso e demais produções intelectuais;

VI- não cumprir com os prazos máximos definidos para o exame de qualificação, defesa de dissertação do produto educacional;

VII- for reprovado pela segunda vez no exame de qualificação;

VIII- for reprovado pela segunda vez na defesa de dissertação e do produto educacional;

IX- for advertido formalmente pela terceira (3ª) vez por apresentar comportamento agressivo, calunioso e difamatório para com os professores, discentes e demais servidores do IFAM;

XI- não cumprimento do prazo máximo fixado neste Regimento para integralização de créditos no Curso;

XII- não cumprimento do depósito da dissertação e do produto educacional após a defesa de dissertação ou tese.

Art. 68. Será considerado abandono do Curso, o discente que, em qualquer período letivo regular, não frequentar as disciplinas ou quaisquer outras atividades programadas as quais esteja matriculado.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplicará ao discente que estiver com os estudos interrompidos, na forma deste Regimento.

Art. 69. O desligamento e abandono de discente será deliberado pelo Comissão Acadêmica Local, após exercício do direito de defesa pelo interessado.

Seção V

Das orientações das dissertações e produtos educacionais

Art. 70. Todo discente será orientado individualmente por um professor credenciado no Curso.

§ 1º Poderá haver Coorientação de dissertação e produto educacional mediante solicitação encaminhada pelo orientador via protocolo institucional para a Coordenação Local do Programa, de acordo com as normas deste Regimento.

§ 2º É permitida a troca de orientador até o 12º mês a contar da data da primeira matrícula no Curso, mediante exposição detalhada de motivos, com anuência do orientador e orientando, com a homologação do Comissão Acadêmica Local.

Art. 71. Os professores orientadores providenciarão a inserção de seus orientandos em seus projetos e em seus grupos de pesquisa.

Art. 72. Os temas das Dissertações de Mestrado e os critérios de avaliação são definidos pela Comissão Acadêmica Local, em consonância com as normas de pós- graduação vigentes no IFAM.

§ 1º - A Dissertação e respectivo Produto Educacional serão submetidos à



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

aprovação por uma Banca Examinadora, composta por membros de acordo com as normas do IFAM, aprovada pela Comissão Acadêmica Local, cujo processo deverá ser registrado em ata.

§ 2º - É considerado membro interno qualquer docente que esteja credenciado no PROFQUI em uma das Instituições Associadas.

Art. 73. Aprovado em todas as disciplinas a que estiver obrigado, cumprido o Exame Nacional de Qualificação e as demais atividades acadêmicas, o discente do mestrado deverá defender em sessão pública sua Dissertação e produto educacional cujo julgamento será feito por uma Banca Examinadora. Para a defesa da dissertação e produto educacional deve-se assim proceder:

I- o discente deverá encaminhar a Coordenação Local do Programa, formulário de integralização de créditos devidamente preenchido;

II- após a comprovação da integralização de crédito, o discente juntamente com o professor orientador encaminhará à Coordenação Local do Programa a solicitação de Defesa da Dissertação e do Produto Educacional;

III- O pedido deve constar a indicação da Banca Examinadora composta por três (03) professores doutores. O Professor Orientador assumirá a presidência, o segundo membro será um professor doutor do curso, o terceiro membro será um Professor Doutor externo ao corpo docente do Curso e ao IFAM;

IV- o pedido referente a Defesa de Dissertação e Produto Educacional, encaminhado à Coordenação Local do Programa, deverá ser aprovado pela Comissão Acadêmica Local;

V- após a homologação da Banca Examinadora pelo Comissão Acadêmica Local, o discente terá que retirar na Secretaria Acadêmica a carta convite que deverá ser entregue juntamente com a dissertação e o produto educacional para os membros titulares e suplentes; e

VI- a dissertação, o produto educacional e a carta convite deverão ser entregues para os membros titulares e suplentes da banca no prazo mínimo de trinta (30) e máximo de quarenta e cinco (45) dias de antecedência da data da defesa.

Art. 74. Na sessão de Defesa Oral, o candidato terá de vinte (20) até quarenta e cinco (45) minutos para apresentação pública de sua pesquisa (dissertação e produto educacional), seguida da arguição dos membros da banca, sob a presidência do orientador, obedecendo ao tempo máximo de trinta (30) minutos para cada membro.

§ 1º O candidato que for aprovado pela Banca Examinadora será considerado apto a receber o título de Mestre em Química, desde que cumpra com a entrega da versão final da dissertação ou tese e do produto educacional.

§ 2º O candidato que for reprovado pela Banca Examinadora poderá solicitar uma nova defesa de dissertação e do produto educacional no prazo mínimo de três (03) meses e no máximo seis (06) meses, em uma única vez.

§ 3º Não haverá recurso contra a avaliação e parecer emitidos pela Banca Examinadora dissertação e produto educacional.

Art. 75. No caso dos discentes aprovados, e feitas as devidas correções na dissertação e produto educacional, conforme sugestões da Banca Examinadora e supervisão do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

orientador, o discente é obrigado a entregar, na Secretaria do Programa, até sessenta (60) dias após a defesa:

I- duas (2) vias impressas e encadernadas da dissertação em formato capa dura, e em caso de bolsista três (3) vias impressas;

II- duas (02) vias impressas do produto educacional, e em caso de bolsista três (3) vias impressas;

III- uma (01) mídia com o arquivo digital da dissertação e do produto educacional. A mídia precisa conter dois arquivos em PDF, um referente à dissertação e outro referente ao produto educacional; e

IV - o documento de autorização para publicação devidamente assinado pelo discente e pelo docente orientador, conforme este Regimento.

Art. 76. O encaminhamento dos trâmites para concessão do diploma será feito após a entrega das cópias de que trata o artigo anterior e apresentada a documentação necessária solicitada pela Secretaria do Programa.

TÍTULO V

ESTRUTURA CURRICULAR E EXAME NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO

Capítulo I – Estrutura Curricular

Art. 77. O PROFQUI prevê um mínimo de 720 (setecentos e vinte) horas (cumprimento de quarenta e sete 48 créditos) de atividades didáticas e de pesquisa, nas quais estão incluídas as disciplinas obrigatórias, a dissertação de mestrado e o produto educacional.

Art. 78. A integralização dos estudos será expressa em unidade de crédito.

Art. 79. Cada unidade de crédito corresponde a quinze (15) horas de atividades programadas.

Art. 80. A matriz curricular é composta de 09 (nove) disciplinas obrigatórias, perfazendo um total de 24 (vinte e quatro) créditos ou 360 (trezentos e sessenta) horas.

I - três (03) disciplinas obrigatórias relacionadas aos conteúdos básicos de Química, a saber:

I.1 Química 1: Origem dos elementos e moléculas, carga horária 60 (sessenta) horas;

I.2 Química 2: Pilares da Química, carga horária 60 (sessenta) horas;

I.3 Química 3: Química da vida, ambientes e materiais, carga horária 60 (sessenta) horas.

II- uma (01) disciplina obrigatória relacionada ao desenvolvimento dos fundamentos teóricos e metodológicos no uso de tecnologias [ferramentas] computacionais e de comunicação, e desenvolvimento de kits para uso em sala de aula, a saber:

II.1 Abordagens tecnológicas atualizadas para o ensino, carga horária 60 (sessenta) horas.

III- uma (01) disciplina obrigatória visando os Fundamentos Metodológicos para a Pesquisa em Ensino de Química, a saber:



III.1 Fundamentos Metodológicos para a Pesquisa em Ensino de Química, carga horária 60 (sessenta) horas.

IV- quatro (04) disciplinas obrigatórias em formato de seminários que discuta aspectos didático-pedagógicos, destacando visões contemporâneas de ensino, aprendizagem e avaliação com foco no Ensino da Química, a saber:

IV.1 Seminário Web 1, carga horária 15 (quinze) horas;

IV.2 Seminário Web 2, carga horária 15 (quinze) horas;

IV.3 Seminário Web 3, carga horária 15 (quinze) horas;

IV.4 Seminário Web 4, carga horária 15 (quinze) horas.

V. Uma (01) disciplina obrigatória relacionada à Redação e Defesa, a saber:

V.1 Pesquisa de dissertação de mestrado, carga horária 360 (trezentos e sessenta) horas.

§1º As disciplinas são ministradas em regime semipresencial ou presencial, em nível local, conforme estabelecido pelo PROFQUI.

§2º As ementas, conteúdo programático e bibliografias das disciplinas são elaboradas e revisadas regularmente por comissão selecionada pela Coordenação Nacional do Programa.

Art. 81. O docente de cada disciplina tem a atribuição de todas as atividades da disciplina em sua instituição, conforme definido pela Comissão Acadêmica Local.

Art. 82. O Curso terá a duração mínima de doze (12) e máxima de vinte e quatro (24) meses.

§ 1º Este prazo pode ser prorrogado por até doze (12) meses além da duração prevista no currículo, por solicitação justificada do (a) orientador (a) e mediante aprovação do Colegiado do Programa.

§ 2º A contagem do prazo de realização do Curso inicia-se pela primeira matrícula do discente, e termina com a defesa pública de dissertação e produto educacional.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 83. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Acadêmica Local e homologados pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do *Campus* Manaus Centro (DIPESP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro.

Art. 84. Este Regimento entrará em vigor, conforme previsto no art. 3º da Resolução nº 48-CONSUP/IFAM de 16/07/2021, a partir da data de sua publicação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

RESOLUÇÃO Nº 26/2024 - CONSUP/REITORI (11.01.01.01.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 17 de Janeiro de 2024

Resoluo_n_101_-Proc.23443.013558-2023-46-_Aprova_o_Regimento_Interno_do_Progr.pdf

Total de páginas do documento original: 28

(Assinado digitalmente em 17/01/2024 08:45)
PEDRO RAIMUNDO DA FONSECA SOARES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
267857

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **26**, ano: **2024**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de Assinatura: **17/01/2024** e o
código de verificação: **6286ae070e**